

A conduta política da IECLB durante governo Médici: os casos de Dom Hélder Câmara e de Frei Tito de Alencar

The political conduct of the IECLB during the Médici government: the cases of Dom Hélder Câmara and Friar Tito de Alencar

Rubem Almeida Mariano¹

Resumo: Este artigo é um excerto da tese de doutorado em História deste autor, que analisa a conduta política das lideranças da IECLB durante o governo Médici (1969-1974). Destaca-se o provável apoio e convivência da liderança da igreja com a ditadura militar, em detrimento dos direitos políticos, sociais e humanos, amplamente denunciados pela imprensa internacional da época. A postura da IECLB, marcada pelo boicote a Dom Hélder Câmara e pela falta de ação decisiva diante das violações dos direitos humanos, como as sofridas brutalmente por Frei Tito de Alencar, suscita questionamentos éticos e morais. A análise e interpretação interdisciplinar – a partir de Marc Bloch e Pierre Bourdieu – com base em fontes oficiais e confidenciais daquela época, indica um provável alinhamento da IECLB com o governo militar. O artigo enfatiza a importância de refletir sobre o papel das instituições religiosas em tempos de crise, reiterando a defesa dos

Recebido em 01 de abril de 2024
Aceito em 07 de maio de 2024

¹ Doutor em História pela UEM na área de concentração em História, Cultura e Política e Mestre em Ciências da Religião pela UMESP. Graduado em Teologia, Filosofia e Psicologia e atualmente cursa a faculdade de História. É cristão luterano da IECLB. Professor universitário – no Centro Universitário Unicesumar, Maringá Paraná e de pós-graduação junto à instituição NORD – Educação Cooperativa, Maringá-Paraná. É psicólogo, psicoterapeuta EMDR e atua como assistente técnico pericial na área de saúde mental.

direitos fundamentais e da dignidade humana como fundamentos vitais para guiar as lideranças religiosas em contextos desafiadores.

Palavra-chave: História política, Ditadura militar, Imigração alemã, Igreja luterana, Direitos políticos, sociais e humanos.

Abstract: This article is an excerpt from this author's doctoral thesis in History, which analyzes the political conduct of the IECLB leaders during the Médici government (1969-1974). The probable support and connivance of the church leadership with the military dictatorship stands out, to the detriment of political, social and human rights, widely denounced by the international press at the time. The IECLB's stance, marked by the boycott of Dom Hélder Câmara and the lack of decisive action in the face of human rights violations, such as those brutally suffered by Frei Tito de Alencar, raises ethical and moral questions. Interdisciplinary analysis and interpretation (from Marc Bloch and Pierre Bourdieu), based on official and confidential sources from that time, indicates a probable alignment of the IECLB with the military government. The article emphasizes the importance of reflecting on the role of religious institutions in times of crisis, reiterating the defense of fundamental rights and human dignity as vital foundations to guide religious leaders in challenging contexts.

Keywords: Political history, Military dictatorship, German immigration, Lutheran Church, Political, social and human rights.

Introdução

No corrente ano, celebra-se o bicentenário da chegada das primeiras grandes levas de imigrantes alemães ao Brasil Império em 1824. Esses imigrantes buscavam melhores condições de vida devido às transformações sociais na Europa do século XIX, marcando a transição da sociedade agrária para a industrial. O governo brasileiro desempenhou um papel ativo nesse processo, atraindo imigrantes, para a realização dos projetos modernizadores do País que tinham dentre outros objetivos colonizar terras vazias, branqueamento da raça e criação de uma classe média.

Os imigrantes alemães, em sua maioria protestantes, trouxeram suas tradições religiosas para o Brasil, incluindo o luteranismo, calvinismo e as igrejas unificadas, que deram origem, entre outras, às denominações da IECLB e da IELB. Em destaque, a IECLB, como herdeira da fé cristã dos imigrantes luteranos, enfrentou desafios e desenvolveu laços complexos de multi dependência com a Igreja na Alemanha, influenciando sua autonomia institucional e no ser igreja no Brasil.

Este artigo é um recorte de uma tese de doutorado em História Política que analisa a conduta política da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) durante o governo Médici, destacando a atuação dos seus líderes, como o Pastor Karl Adolf Gottschald e os membros do Conselho Diretor, no ano de 1970, diante do *modus operandi* da ditadura militar. Em um contexto após a decretação do AI-5, marcado por forte repressão política e violações dos direitos políticos, sociais e humanos, que se constituiu um verdadeiro "terror de Estado".

Para tanto, foram analisados especialmente os casos de Dom Hélder Câmara e Frei Tito de Alencar no contexto do cancelamento da 5ª Assembleia Geral da Federação Luterana Mundial, programada para julho, e do Manifesto de Curitiba, aprovado pelo VII Conselho Geral da IECLB que ocorreu no mês de outubro; ambos os conclave foram realizados no ano de 1970. Tais eventos revelam uma provável e intrigante conexão entre si, sugerindo que essa relação e o entendimento dos trâmites e dos posicionamentos das lideranças luteranas são cruciais para compreender como foram constituídas as prováveis condutas políticas dessas lideranças, em especial, diante desses dois casos acima mencionados.

Por fim, este artigo está sob a égide da análise compreensiva relacional da história, um instrumento construído metodologicamente de forma interdisciplinar na área da História Política – inspirado pela concepção de "a história como problema" de Marc Bloch – em diálogo com outros saberes, como a Sociologia – especialmente de Pierre Bourdieu e de sua teoria de campo e de agentes sociais em disputa e luta pelo poder simbólico – isto é, no caso específico, disputa pelo direcionamento dos rumos dessa igreja. Este referencial metodológico e analítico permite, portanto, examinar, a partir da realidade sócio-histórico-cultural-religiosa do campo e do espaço do Brasil dos anos de 1970, uma inter-relação entre estruturas objetivas (campo religioso e espaço social no Brasil e no Exterior) e incorporadas (valores e posicionamentos como *habitus*, *illusio* e *hysteresis*), destacando a autoridade e legitimidade do Estado, dos agentes sociais e, no caso específico, dos agentes religiosos cristãos luteranos.

1. O caso Dom Hélder Câmara e o apoio da IECLB à ditadura militar

O caso de Dom Hélder Câmara revela o posicionamento político de "confiança-apoio" da Direção do Conselho Diretor da IECLB com a ditadura militar. Mesmo enfrentando afrontas e crimes bárbaros, o

líder religioso foi aconselhado pelo Vaticano a focar na sua arquidiocese. Além disso, foi tido como *persona non grata* pela ditadura, vigiado de perto pela polícia antiterrorista e encontrou também forte resistência dentro da IECLB pela pressão política da época.

Durante os preparativos da 5ª Assembleia Geral da FLM, em novembro de 1969, houve uma recusa ao nome de Dom Hélder para proferir uma palestra antes mesmo de haver um convite oficial da direção da FLM, devido a possíveis tumultos e divergências políticas e sociais que sua presença poderia causar. Essa resistência foi evidenciada pela preocupação do Conselho Diretor em evitar problemas com o Governo Brasileiro e garantir o sucesso da assembleia geral.

Na reunião do Conselho Diretor do Comitê Executivo da comissão de preparação da 5ª Assembleia Geral da Federação Luterana Mundial no 24 de novembro de 1969, foi tomada ciência do convite feito pelos jovens a Dom Hélder. Inicialmente se destacou a importância de respeitar as hierarquias e decisões internas da Igreja. Sobre o convite feito ao Arcebispo Helder Câmara e de sua disposição em participar, foi sugerido que o Conselho Diretor da Igreja fosse consultado antes de fazer o convite. Ressaltou-se ainda a liberdade que os jovens tinham de convidar o Arcebispo, mas não naquela ocasião específica. Em seu lugar, foram sugeridos pelo Conselho Diretor outros palestrantes protestantes especializados no tema da fome e do subdesenvolvimento, e nas ações realizadas pelas Igrejas Evangélicas para combatê-los.

O Conselho Diretor da IECLB demonstrou firme resistência em convidar Dom Hélder, sobressaindo discordâncias ideológicas sobre a sua presença a tal ponto que, apenas um mês depois da reunião do Comitê Executivo de Preparação da 5ª Assembleia, o Conselho Diretor da IECLB estava novamente tratando o assunto, nos dias 3 e 4 de dezembro. Desta vez, o tom era de questionamento sobre a intencionalidade dos jovens em tumultuar a 5ª Assembleia insistindo em convidar Dom Hélder Câmara. Foi chamado o pastor responsável pelos jovens Godofredo Boll para que explicasse esse “espírito de tumulto” que os jovens queriam promover insistindo com o nome do Arcebispo. Sobre a compreensão do Conselho Diretor, assim ficou grafado em ata: “O Conselho Diretor, examinando a questão, e tendo em vista o procedimento do Sr. Bryant, *reconhece a intenção latente de tumultuar, mediante o convite em apreço (a Dom Hélder Câmara), a 5ª Assembléia. Isto, para o Conselho Diretor é motivo*

*suficiente para des-recomendar um convite justamente por ocasião da referida Assembléia. [grifos nossos]”.*²

Já com a presença do pastor Boll, nessa reunião, o Conselho Diretor questionou sobre a “pré-assembleia dos jovens luteranos” que havia surgido dúvidas sobre a recente viagem do coordenador geral da Pré-Assembleia do Brasil. O pastor Boll respondeu de maneira enérgica e sem arroudes que desconhecia qualquer motivação para tumultuar a Assembleia Geral; contudo Boll em tom de advertência lembra ao Conselho Diretor, que “os jovens não aceitam o 'status-quo', estando dispostos a dar seu 'grito de alerta' na Igreja” (grifos nossos). Diante disso, o Conselho Diretor afirmou categoricamente: “não está disposto a assumir a responsabilidade por qualquer tipo de tumultuação”.³

Posteriormente, em março de 1970, o convite foi oficializado pela Direção da FLM, apesar da forte oposição do Conselho Diretor, revelando um conflito de posicionamentos e visões políticas diferentes entre as duas entidades sobre o convite feito a Dom Hélder Câmara. Nesta reunião, o Conselho Diretor discutiu o convite feito ao Arcebispo Dom Hélder Câmara pela Direção da Federação Luterana Mundial para participar e ser conferencista da Pré-conferência da Juventude. Apesar de ter aceitado de antemão o convite, o Arcebispo condicionou sua participação à aprovação do Cardeal Dom Vicente Scherer. O Conselho Diretor ressaltou mais uma vez a sua firme posição contrária ao convite feito em correspondências anteriores e ratificada em reuniões anteriores. Além disso, informou que os estabelecimentos em São Leopoldo desrecomendam para a realização da reunião na cidade.⁴

A recusa ao convite de Dom Hélder foi justificada pela possibilidade de tumulto e pela resistência da IECLB, provavelmente, em aceitar sua mensagem e seu papel profético, refletindo as diferenças ideológicas e políticas entre a direção da igreja e o Arcebispo. O pastor Karl Gottschald e o Conselho Diretor demonstraram sua conduta política de “confiança-apoio” à ditadura militar, conforme pode ser observado também pelos seus pronunciamentos em defesa de Gottschald do *modus operandi* do governo militar sobre a economia, as torturas e as constantes denúncias de genocídio contra os índios.

A afirmação de que a IECLB sustentou uma posição de boicote a Dom Hélder Câmara pode ser respaldada por uma série de eventos

² ATA DO CONSELHO DIRETOR DA IECLB, 3 A 4 de dezembro de 1969.

³ ATA DO CONSELHO DIRETOR DA IECLB, 3 A 4 de dezembro de 1969.

⁴ ATA DO CONSELHO DIRETOR DA IECLB, 6 a 8 de março de 1970.

intrigantes. Durante a 5ª Assembleia Geral da FLM na França, o nome de Dom Hélder foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz, em reconhecimento à sua luta contra a opressão e em defesa dos mais vulneráveis socialmente. A Direção da IECLB, que anteriormente havia ameaçado romper com a FLM, não seguiu adiante com essa decisão. No entanto, no VII Concílio Geral em Curitiba, a indicação de Dom Hélder foi rejeitada, corroborando a postura da Direção da Igreja. O que estaria por trás dessa posição sistemática da IECLB, tomada em Concílio Geral, de boicote a Dom Hélder Câmara? A quem interessaria continuar com as posições acirradas? Seria um testemunho social e político da IECLB para a sociedade brasileira?

Essa postura levanta questionamentos sobre os motivos por trás do boicote sistemático a Dom Hélder. Antes de discorrer sobre a ata que confirma a decisão do Concílio, é relevante destacar as razões que levaram à indicação de Dom Hélder pela 5ª Assembleia da FLM. Nesse contexto, a Quinta Assembleia, realizada em 1970 na França, expressou apoio à nomeação de Dom Hélder devido ao seu papel como símbolo da luta por justiça e solidariedade.

O voto contrário à indicação de Dom Hélder ao Prêmio Nobel da Paz pela IECLB e sua ratificação posterior no VII Concílio Geral sugerem uma postura alinhada não apenas com as diretrizes da época, mas também com o apoio à ditadura militar. A falta de confiança da FLM na IECLB, conforme declarado pelo Conselho Diretor, evidencia um distanciamento que impactou a relação entre as instituições e a opinião pública.

Em uma entrevista realizada em 1983, Gottschald evitou discutir o tema, sugerindo que os estudantes procurassem mais informações com outro pastor. A resposta de Gottschald foi emblemática, assim ficou o registro: “o pastor emérito Karl Gottschald *afirmou não lembrar estes detalhes*. Mencionou ainda que o P. Werner Fuchs certamente teria maiores informações sobre este assunto” [grifos nossos].⁵ Essa atitude reforça a probabilidade de apoio político da liderança da IECLB à ditadura militar. A falta de transparência e a recusa em abordar o assunto podem indicar como provável uma postura de apoio ao regime autoritário.

Em resumo, a relação entre Dom Hélder Câmara e a IECLB durante a ditadura militar no Brasil destaca os desafios enfrentados

⁵ ULRICH, Carlos Luiz e WIRTH, Lauri Emilio. ATA DE UM DIÁLOGO ENTRE KARL GOTTSCHALD E OS ESTUDANTES DE TEOLOGIA: preparação para a V Assembleia Geral da FLM em porto alegre em 1970 e sua transferência para Evian – causas e consequências deste episódio. Hamburgo Velho, 22 de agosto de 1983.

por líderes religiosos em cenários políticos turbulentos. A resistência da Igreja em acolher Dom Hélder evidencia a influência das políticas repressivas da época e sugere um provável apoio da Direção da IECLB à ditadura, apesar de haver argumentos contrários de líderes nacionais e internacionais, como a afirmação na “DECLARAÇÃO do Conselho Diretor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil sobre a transferência da V. ASSEMBLÉIA GERAL DA FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL” em que está grafado: “Cumpre acentuar, claramente, que as autoridades governamentais não exerceram pressão ou influência alguma sobre as decisões ou os propósitos da IECLB”⁶ e a carta do presidente da IELB, Reverendo Reimnitz, divulgada no Exterior com financiamento público, contra a medida da direção da FLM de transferir o evento por causa do Governo militar, foi também entendida pelo organismo de Segurança Nacional do Brasil como uma boa forma de fazer uma publicidade positiva sobre o Governo Médici, assim afirma o documento sigiloso, hoje liberado para pesquisa: “Assim afirmava o documento sobre a carta protesto do Reverendo Reimnitz: ‘deverá ser amplamente aproveitada e publicada no exterior, mesmo como matéria paga, nos órgãos de imprensa mais representativos dos principais países do mundo...’ [grifos nossos].”⁷

2. O caso Frei Tito de Alencar e a convivência da IECLB com a ditadura militar

A carta escrita por Frei Tito de Alencar Lima, um frade dominicano, denunciando as atrocidades que sofreu como prisioneiro político do governo brasileiro após a decretação do AI-5, obteve

⁶ MARIANO, Rubem Almeida. *A conduta do posicionamento político da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil contra os direitos políticos, sociais e humanos, após a decretação do AI-5, durante o Governo Médici (1969-1974)*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2024, p. 253.

⁷ GABINETE DO MINISTRO DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. 10 de julho de 1970. In: BRASIL. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA -SNI – AGENCIA CENTRAL. Assembleia da Federação Mundial Luterana no Brasil - campanha contra Brasil no exterior. ARQUIVO NACIONAL MEMÓRIAS REVELADAS: BR_DFANBSB_Z4_DPN_ENI_0015_d0001de0001. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br>. Acesso em 12 de janeiro de 2021

repercussão nacional e internacional. Inicialmente detido em novembro de 1969 na prisão Tiradentes, sua situação se agravou significativamente ao ser transferido para a Operação Bandeirantes (OBAN) em São Paulo, sob o comando do Exército Brasileiro.

Nesse período, entre os dias 17 e 27 de fevereiro de 1970, Frei Tito foi submetido a abusos e torturas, levando-o a tentar o suicídio para proteger seus companheiros de cárcere. Apesar dos tormentos, ele sobreviveu, enfrentando violência física e psicológica intensa, incluindo cutiladas com revólveres, choques elétricos, tapas violentos, insultos homofóbicos, privação de sono, confinamento desumano e ameaças de morte. As torturas incluíram métodos como o pau-de-arara, choques elétricos, espancamentos, agressões com palmatória e autolesão.

A carta de Frei Tito refletiu seus princípios religiosos, destacando a importância de se posicionar contra a injustiça e a violência. Sua denúncia ganhou destaque internacional, com a Igreja Católica divulgando trechos de sua carta e de seus colegas de cela em momentos difíceis. A história de Frei Tito serve como um lembrete sombrio dos horrores da tortura e da necessidade contínua de defender os direitos humanos em todo o mundo. O *New York Times* publicou diversas matérias sobre casos de tortura no Brasil nos anos 1970, com ênfase nos dominicanos, especialmente o caso de Frei Tito. Em 1971, uma matéria abordou o julgamento pela Justiça Militar brasileira relacionado à acusação de que os frades dominicanos estavam ajudando presos políticos a fugir do país, sendo considerados guerrilheiros pelo Governo militar.

Além disso, quatro padres católicos romanos, incluindo membros da Ordem Dominicana, foram condenados por subversão em um tribunal industrial brasileiro, acusados de terem ligações com uma organização subversiva chamada Aliança Libertadora Nacional. Eles foram sentenciados a penas de prisão que variavam de seis meses a quatro anos, após serem acusados de ajudar indivíduos procurados pela polícia a fugir para o Uruguai pela fronteira sul do Brasil. Os padres condenados, presos pela polícia política por 22 meses, testemunharam em sua defesa, alegando que exerceram o direito cristão de asilo, embora não conhecessem os indivíduos em questão. Este episódio ilustra a complexidade e as injustiças enfrentadas por líderes religiosos e prisioneiros políticos durante o regime militar no Brasil.

A relação entre o pastor Karl Gottschald e o caso de Frei Tito é marcada por eventos significativos que evidenciam a luta contra a injustiça e a violência perpetradas pelo governo militar durante os anos de repressão no Brasil. Em um desses eventos, Frei Tito escreveu

uma carta a Gottschald, quando este era além de presidente da IECLB, também era presidente da CEB, denunciando as atrocidades sofridas por ele e seus companheiros dominicanos nas mãos dos militares torturadores. Nessa carta, Frei Tito expôs de forma corajosa e contundente os horrores vivenciados, destacando a brutalidade das torturas físicas e psicológicas infligidas a eles.

Por outro lado, em um outro evento crucial, Karl Gottschald recebeu um relatório da Comissão de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos (CESEP) contendo relatos inéditos de torturas praticadas pelo regime militar, incluindo o testemunho de uma pessoa identificada como D, que confirmou integralmente as terríveis experiências vividas por Frei Tito e seus colegas:

Todos os dominicanos foram torturados, uns mais outros menos. Os que mais sofreram foram os três primeiros: Frei Fernando de Brito, Frei Yven Deslaupin (este também pelo Cenimar no Rio); Frei Tito de Alencar Lima (D confirma inteiramente a carta de Frei Tito, após duas semanas ainda viu as marcas das cordas nas pernas do mesmo), Frei Mauricio, Frei Giorgio Calegari, Frei Roberto Romano. (Obs., faltou um dos dominicanos presos, eram sete).⁸

Esse relatório da CESEP revelou detalhes das práticas de tortura sistemática empregadas pela ditadura militar na chamada Operação Bandeirantes, onde Frei Tito foi submetido a abusos inimagináveis.

O documento da CESEP, considerado de extrema importância e ineditismo, expôs de maneira contundente as violações dos direitos humanos cometidas pelo regime autoritário. Os relatos contidos nesse relatório lançaram luz sobre a brutalidade das ações do governo Médici e foram fundamentais para “sensibilizar” Karl Gottschald, a Direção e o Conselho Diretor da IECLB a elaborarem e aprovarem provavelmente o "Manifesto de Curitiba" durante o VII Concílio Geral. Esse manifesto representou um posicionamento firme e público da IECLB contra as violações dos direitos humanos e as práticas de tortura perpetradas pelo regime militar.

A fonte mencionada é uma documentação confidencial do SNI da Agência Regional de São Paulo, datada de 29 de junho de 1970, relacionada ao caso de Frei Tito. O documento inclui uma carta assinada por Frei Tito de Alencar Lima, endereçada ao Dr. Karl

⁸ MARIANO, 2024, p. 321.

Gottschald, Pastor da IECLB em Porto Alegre e Presidente da Confederação Evangélica do Brasil. O texto está dividido em três partes: um resumo das informações das cartas com a opinião do analista, a carta de Frei Tito a Gottschald como presidente da CEB, e o testemunho de Frei Tito sobre as torturas sofridas durante a ditadura militar. Essa documentação detalha os relatos de Frei Tito e sua denúncia das atrocidades vivenciadas sob o regime autoritário.

Primeiramente, a seguir a carta de Frei Tito a Gottschald em sua íntegra:

São Paulo, 10 de abril de 1970.

Exm^o. Sr.

Presidente KARL GOTTSCHALD Rua Senhor dos Passos, 202

PORTO ALEGRE, RS

Presado Pastor

Estou muito preocupado com a atitude da Confederação Evangélica Brasileira frente aos problemas da nossa Pátria. Daqui há 20 anos quando contarem a história do Brasil dirão quer a) em 1963/1964 houve uma época de baderna generalizada e que a Confederação nada fez; b) em 1964 houve uma revolução facistóide e em muitas igrejas de boa teologia e o fizeram verdadeiros crimes, com "dedações" e "expurgos" que fariam inveja ao Partido Comunista da Rússia. Esse expurgo afetou a própria C.E.B.; e) Gradualmente as polícias, tanto civil, forças públicas, como polícias militares, foram seguindo a regra de um país nazistas: os bons elementos foram saindo e maus elementos entrando e permanecendo. Uma onda de torturas só conhecida nos tempos modernos na Alemanha e Haiti foi percorrendo o país. Muitos membros das Igrejas evangélicas mesmo da sua igreja, luterana, tem dado o seu testemunho contra essa monstruosidade. Todavia, é impressionante como a C.E.B. não represente povo protestante. Nenhum protesto, nenhum testemunho! E o Sr. passou a ser citado no estrangeiro como um inocente útil da ditadura, que nega, a existência de torturas que sequer arranjou tempo para ser apresentado a dois torturados!

Anexo, pois para seu conhecimento o meu caso. Se quiser ouvir de minha boca dezenas de casos, fora os narrados no documento anexo, venha visitar-me se tiver coragem. Aí verá entre meus companheiros de xxxx cela mais de 20 com estenose de uretra

devido aos choques elétricos recebidos nossa região.
Depois poderá sair e cumprir sua missão de
Presidente da C.E.B., isto é, "passar de largo".
Seu irmão torturado,
Frei Tito de A. Lima⁹

Na carta a Karl Gottschald, Frei Tito crítica a Confederação Evangélica Brasileira – CEB por não representar adequadamente os protestantes diante dos problemas nacionais, acusando a CEB de não se posicionar eficazmente e até denunciar “dedações” nas igrejas de boa teologia, como a luterana, em que havia, segundo Frei Tito, membros que eram contrários ao estado de coisas aterrorizantes que estavam ocorrendo no Brasil. Ele colocava Gottschald como cúmplice das atrocidades do governo militar, comparando-o aos personagens da Parábola do Bom Samaritano – como o Sacerdote e o Levita, que passaram distantes do homem que havia ficado ferido, no chão, pelos assaltantes – para ilustrar que a posição de Gottschald era contrária ao amor solidário pregado pelo Evangelho de Jesus.

Relatórios do Secretário Geral André Appel destacam divergências sobre os comportamentos de Gottschald, no exterior, diante das violações de direitos humanos no Brasil, levantando suspeitas de cooperação dele com o serviço de informações da ditadura militar. As ações de Gottschald causaram controvérsia e preocupação na Direção da FLM em relação à próxima assembleia no Brasil.

Por fim, Frei Tito buscava denunciar o uso sistemático de tortura pelo governo militar, e parte de seu relato sobre a visita do Juíz Auditor e do Bispo Auxiliar após sua tentativa de suicídio foi reconhecida como verdadeira pelo Serviço Nacional de Informação – SNI.

Considerações finais

⁹ BRASIL. Serviço Nacional de Informações da Presidência da República - SNI – Agência de São Paulo. LIMA, Tito de Alencar (Frei). Este é um depoimento de um preso político brasileiro Frei Tito de Alencar Lima, 24 anos, Dominicano (Carta denúncia). 29 de junho de 1970. ARQUIVO NACIONAL MEMORIAS REVELADAS: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70016058_d0001de0002 Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br> Acesso em 12 de janeiro de 2020

Neste artigo, analisou-se a postura dos líderes da IECLB, sob a direção do pastor Karl Gottschald, durante a ditadura militar no Brasil, em relação aos casos de Dom Hélder Câmara e Frei Tito de Alencar Lima. Portanto, a IECLB provavelmente apoiou e foi conivente com a ditadura, ignorando e não se sensibilizando sobre violações de direitos fundamentais, amplamente denunciadas no exterior. Houve resistência interna, por uma minoria, mas a instituição como um todo confiava e respeitava o *modus operandi* do governo militar, silenciando opositores e negando torturas e mal feitos dos militares no Brasil. Essa defesa foi feita principalmente no Exterior.

A falta explícita de ações incisivas em defesa dos direitos humanos e justiça social por parte da IECLB levantou questionamentos frontais das igrejas-membros da FLM a sua direção às vésperas da realização da assembleia no Brasil. Essa provável conivência teve repercussões negativas, afetando a reputação principalmente internacional da instituição e de sua liderança.

Contudo, o leitor ou leitora pode contestar a presente exposição ao conjecturar que o “Manifesto de Curitiba” deliberado pela VII Concílio Geral da IECLB realizado em Curitiba-Paraná é uma prova inconteste que a IECLB não compactuou com as atrocidades da ditadura militar, mas se colocou com “Atalia” contra esses abusos de autoridade ao afirmar: “Entendemos mesmo, como Igreja, que nem situações excepcionais podem justificar práticas que violam os direitos humanos.” (MANIFESTO DE CURITIBA, 1970).

Com a devida vênia às lideranças da IECLB de ontem e de hoje, que possam discordar dessas considerações e afirmações que as apresento como prováveis, é imprescindível ponderar que o Manifesto de Curitiba não pode ser utilizado e compreendido como um documento descolado ou desprovido de contexto sócio-histórico, nem ser entendido como uma expressão de idealizações puramente “evangelicais” ou de projeções “étnico-identitárias desejadas”. Pelo contrário, trata-se de um documento histórico e, como tal, também carrega vestígios históricos que refletem tensões, conflitos e consequências sociais e políticas significativas da época, como as violações e crimes contra os direitos políticos, sociais e humanos cometidos pelo governo militar. Nesse contexto, conscientes ou não, estavam inseridas as lideranças da IECLB, manifestando suas posições e agindo por meio de declarações em reportagens, boletins, artigos, revistas, informativos, entre outros. Nesse sentido, para um devido e consciencioso aprofundamento, indico o livro “MANIFESTO SECRETO – 1970 – Uma história original sobre igreja e ditadura no Brasil”, da autoria deste autor, que já se encontra no prelo e aprofunda

as afirmações aqui apresentadas. Este escrito, por meio de um meticuloso trabalho de investigação das fontes diretas e indiretas, aborda esses temas e seus respectivos assuntos correlatos, os quais são de importância ímpar para a história do luteranismo nacional e mundial.

Por fim, em meio às celebrações do bicentenário da migração alemã no Brasil, o artigo destaca a importância de refletir sobre o papel das instituições religiosas em períodos conturbados, evidenciando os desafios éticos e morais enfrentados por suas lideranças. Isso ressalta a relevância de debater a trajetória da IECLB na sociedade brasileira diante das violações de direitos humanos e crimes cometidos durante a ditadura militar.

Referências

APPEL, André. “De Porto Alegre a Evian”. In: Federação Luterana Mundial. *Informe Oficial de la Quinta Asamblea de la Federación Luterana Mundial*, Simbrón: Aires-Argentina, 1971.

ARQUIVO HISTÓRICO DA IECLB. Relatório de Viagem a São Paulo da Comissão de Estudos Socioeconômicos e Políticos do Conselho Diretor da IECLB, 1970.

ATA DO CONSELHO DIRETOR DA IECLB, 3 A 4 de dezembro de 1969.

ATA DO CONSELHO DIRETOR DA IECLB, 6 a 8 de março de 1970.

ATA DO CONCÍLIO GERAL DA IECLB, 22 e 25 de outubro de 1970.

ATA DO CONSELHO DIRETOR DA COMITÊ EXECUTIVA DA COMISSÃO DE PREPARAÇÃO DA 5ª ASSEMBLEIA GERAL DA FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL, 24 de novembro de 1969.

ATAS DO VII CONCÍLIO GERAL DA IGREJA EVANGÉLICA CONFISSÃO LUTERANA BRASIL, 22-24 de outubro de 1970.

BEHS, Edelberto. “Cancelamento devido à situação política no país” In: *Jornal Evangélico - JOREV* – Edição Especial – Histórias e

Estórias da nossa Igreja – Parte 2, no dia 20 a 31 de dezembro de 1987 – Ano XCIX Nº 24. Entrevistas. Sinodal: São Leopoldo.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA -SNI – AGENCIA CENTRAL. Assembleia da Federação Mundial Luterana no Brasil - campanha contra Brasil no exterior. ARQUIVO NACIONAL MEMORIAS REVELADAS: BR_DFANBSB_Z4_DPN_ENI_0015_d0001de0001. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br>. Acesso em 12 de janeiro de 2021

BRASIL. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA -SNI – AGENCIA DE PORTO ALEGRE. Igreja Evangélica De Confissão Luterana do Brasil -IECLB - Correntes Doutrinárias. ARQUIVO NACIONAL MEMORIAS REVELADAS: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77102815_d0001de0001 Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br> Acesso em 12 de janeiro de 2021.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações da Presidência da República -SNI – Agência de São Paulo. LIMA, Tito de Alencar (Frei). Carta ao Presidente da CEB Karl Gottschald, 29 de junho de 1970. ARQUIVO NACIONAL MEMORIAS REVELADAS: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70016058_d0001de0002 Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br> Acesso em 12 de janeiro de 2020.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações da Presidência da República -SNI – Agência de São Paulo. LIMA, Tito de Alencar (Frei). Este é um depoimento de um preso político brasileiro Frei Tito de Alencar Lima, 24 anos, Dominicano (Carta denúncia). 29 de junho de 1970. ARQUIVO NACIONAL MEMORIAS REVELADAS: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70016058_d0001de0002 Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br> Acesso em 12 de janeiro de 2020.

DECLARAÇÃO do Conselho Diretor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil sobre a Transferência da V Assembleia Geral da Federação Luterana Mundial. Folha Dominical, São Leopoldo, 9 de agosto de 1970.

DIAS, Reginaldo Benedito. O caso Fernando de Santa Cruz: uma abordagem da pauta dos mortos e desaparecidos pela ditadura relacionada à história da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). *Antíteses*, Londrina, v.13, n. 25, p. 391-424, jan-jun. 2020. Disponível em:

[file:///C:/Users/hp/Downloads/antiteses,+Gerente+da+revista,+391-424_A_3899%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/hp/Downloads/antiteses,+Gerente+da+revista,+391-424_A_3899%20(2).pdf). Acessos em 17/06/2024.

DREHER, Martin N. Igreja e Germanismo: um estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Caxias do Sul: Sinodal/EST/EDUCS, 1984.

DREHER, Martin N. A Igreja Latino-Americana no Contexto Mundial. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

DREHER, Martin N. (Org.) Imigrações e História da Igreja no Brasil. Aparecida – SP: Santuário, 1993.

CENTRO ECUMÊNICO DE INFORMAÇÃO. Luteranos visitam o Presidente. Nº 48. Rio de Janeiro, novembro de 1970.

FEDERAÇÃO LUTERANO MUNDIAL. Declarações e Resoluções e o Plenário Da FLM In: Enviados ao mundo. Informe Oficial de la Quinta Asamblea Federación Luterana Mundial 14-24 de julio de 1970.

GOTTSCHALD, Karl. Relatório do Pastor Presidente Karl Gottschald - Concílio Geral da IECLB. VII Concílio Geral - Curitiba/PR - 22-25 de outubro de 1970. Disponível em: https://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/concilio/vii-concilio-curitiba-pr-22-a-25-10-1970-1 . Acesso em 15 de outubro de 2019

GOTTSCHALD, Karl. *Revista Igreja em Nossos Dias* – Órgão informativo da IECLB, nov/dez de 1970, p.14-16.

MANIFESTO DE CURITIBA (1970). Site Portal Luteranos – Disponível em:

https://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/concilio/manifesto-de-curitiba-1970 Acesso em: 23 de janeiro de 2022.

MARIANO, Rubem Almeida. A conduta do posicionamento político da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil contra os direitos políticos, sociais e humanos, após a decretação do AI-5, durante o Governo Médici (1969-1974) / Rubem Almeida Mariano. -- Maringá, PR, 2024. 475 f.: il. Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, nº 79, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/jZh4sttTXLWN5KJMWXJNQzt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2022.

NEW YORK TIMES, 4 Sacerdotes Dominicanos Condenados no Brasil. *Jornal NEW YORK TIMES*. 16 setembro de 1971. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1971/09/16/archives/frei%20tito-in-brazil.html>

PRAXEDES, Walter. A trajetória de Dom Helder Câmara: uma interpretação figural. *Revista Espaço Acadêmico* – n. 238 – jan./fev. 2023 – bimestral. ANO XXII – 1519.6186. p. 54-68. Disponível em: <https://walterpraxedes.wordpress.com/dom-helder-camara/>. Acesso em: 22 de junho de 2023.

SCHUNEMANN, Rudolf. Do gueto à participação política: o surgimento da consciência sociopolítica da IECLB entre 1960 e 1975. São Leopoldo, Sinodal/IEPG, 1992.

THE NATIONAL CATHOLIC REPORTER. *Documentation: Letter From a Brazilian Prison*. International Affairs Committee, U.S. Catholic Conference, Washington, D.C. May 1, 1970. Disponível: [https://www.google.com.br/books/edition/international_protection_of_human_rights/ohuzajyl4uwc?hl=pt-br&gbpv=1&dq=\(a+brazilian+dominican+priest\)+went+on+denying+and+they+kept+giving+me+electric+shocks,+kicking+and+beating+my+chest+with+rods+and+hands....&pg=pa669&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/international_protection_of_human_rights/ohuzajyl4uwc?hl=pt-br&gbpv=1&dq=(a+brazilian+dominican+priest)+went+on+denying+and+they+kept+giving+me+electric+shocks,+kicking+and+beating+my+chest+with+rods+and+hands....&pg=pa669&printsec=frontcover)

ULRICH, Carlos Luiz e WIRTH, Lauri Emilio. ATA DE UM DIÁLOGO ENTRE KARL GOTTSCHALD E OS ESTUDANTES DE TEOLOGIA: preparação para a V Assembleia Geral da FLM em porto alegre em 1970 e sua transferência para Evian – causas e consequências deste episódio. Hamburgo Velho, 22 de agosto de 1983.

WILLEMS, Emilio. A aculturação dos Alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1946.

WIRTH, Lauri Emilio. Protestantismo e etnia: sobre a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração. In: Fronteiras no 6. Revista Catarinense de História. Florianópolis: UFSC, 1998. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/270204557.pdf>. Acesso em: 12 de mar de 2022.